



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.015-B, DE 2021

(Do Sr. Bibó Nunes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação (relatora: DEP. DELEGADA KATARINA); e da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. ANTONIO CARLOS RODRIGUES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;

VIAÇÃO E TRANSPORTES; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Viação e Transportes:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. BIBO NUNES)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.

Art. 2º O art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte §8º:

“Art.147
.....

§ 8º O candidato considerado apto com restrições em exame de aptidão física, em cuja habilitação constarão observações relacionadas a restrições para condução, poderá apresentar novo exame realizado por perito especialista em medicina do tráfego, a título de revisão da restrição imposta pelo examinador, com a finalidade de que a adaptação do veículo melhor se adeque à deficiência que possui.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,



JUSTIFICAÇÃO

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bibio Nunes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215943253800>



O Código de Trânsito Brasileiro, carta normativa elogiada internacionalmente, de forma acertada exige exames de aptidão física, renovados regularmente, de modo a garantir que os motoristas habilitados possuam as condições motoras mínimas para uma condução segura. Ainda, prevê a legislação de trânsito nacional que eventuais deficiências físicas sejam compensadas com o uso obrigatório de adaptações veiculares, o que promove inclusão, independência e igualdade de direitos às pessoas com deficiência ao apresentar alternativa para que elas também participem do trânsito como condutores.

Entretanto, a maneira como se operacionaliza esse direito atualmente pode, em alguns casos, gerar transtornos à pessoa com deficiência candidata à habilitação. Por se tratar de serviço público, os exames físicos são executados por médicos credenciados pelos órgãos de trânsito. Trata-se de profissionais que não conhecem o histórico do paciente, de sua lesão ou deficiência e ignoram detalhes das habilidades desenvolvidas pela pessoa e da maneira como ela lida com a deficiência e com as barreiras que enfrenta no dia a dia.

Dessa forma, frequentemente o perito examinador determina o uso obrigatório de adaptações veiculares que, embora cumpram seu papel, não são as ideais para aquele candidato. Vale lembrar que cada ser humano é único, e cada deficiência tem suas particularidades, o que torna o conhecimento e a familiaridade do médico com o paciente essencial para um diagnóstico mais adequado. Não é demais afirmar que o uso do equipamento mais apropriado proporciona não somente mais conforto ao condutor, mas, principalmente, mais segurança ao trânsito, uma vez que a



atenção do motorista será plena, sem qualquer desvio causado por incômodos oriundos de equipamentos impróprios.

Nesse sentido, esse projeto de lei propõe que, caso o perito determine a utilização obrigatória de equipamento de adaptação, o candidato possa recorrer a outro profissional que emita laudo capaz de motivar a revisão da decisão. Dessa maneira, dá-se a oportunidade à pessoa com deficiência de contar com avaliação mais detalhada que possa permitir a adoção da adaptação que melhor se adeque à deficiência que possui.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado BIBO NUNES
PSL/RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bibó Nunes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215943253800>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO XIV
DA HABILITAÇÃO

.....

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na ordem descrita a seguir, e os exames de aptidão física e mental e a avaliação psicológica deverão ser realizados por médicos e psicólogos peritos examinadores, respectivamente, com titulação de especialista em medicina do trânsito e em psicologia do trânsito, conferida pelo respectivo conselho profissional, conforme regulamentação do Contran: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicado na Edição Extra D do DOU de 26/3/2021, em vigor 180 dias após a publicação da Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020)*

I - de aptidão física e mental;

II - (VETADO)

III - escrito, sobre legislação de trânsito;

IV - de noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN;

V - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

§ 1º Os resultados dos exames e a identificação dos respectivos examinadores serão registrados no RENACH. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

§ 2º O exame de aptidão física e mental, a ser realizado no local de residência ou domicílio do examinado, será preliminar e renovável com a seguinte periodicidade: *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998, e com nova redação dada pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

I - a cada 10 (dez) anos, para condutores com idade inferior a 50 (cinquenta) anos; *(Inciso acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

II - a cada 5 (cinco) anos, para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos e inferior a 70 (setenta) anos; *(Inciso acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

III - a cada 3 (três) anos, para condutores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos. *(Inciso acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

§ 3º O exame previsto no § 2º incluirá avaliação psicológica preliminar e complementar sempre que a ele se submeter o condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, incluindo-se esta avaliação para os demais candidatos apenas no exame referente à primeira habilitação. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998 e com nova redação dada pela Lei nº 10.350, de 21/12/2001)*

§ 4º Quando houver indícios de deficiência física ou mental, ou de progressividade

de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir o veículo, os prazos previstos nos incisos I, II e III do § 2º deste artigo poderão ser diminuídos por proposta do perito examinador. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998, e com nova redação dada pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito - Contran. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.350, de 21/12/2001)*

§ 6º Os exames de aptidão física e mental e a avaliação psicológica deverão ser analisados objetivamente pelos examinados, limitados aos aspectos técnicos dos procedimentos realizados, conforme regulamentação do Contran, e subsidiarão a fiscalização prevista no § 7º deste artigo. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

§ 7º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, com a colaboração dos conselhos profissionais de medicina e psicologia, deverão fiscalizar as entidades e os profissionais responsáveis pelos exames de aptidão física e mental e pela avaliação psicológica no mínimo 1 (uma) vez por ano. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação.

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítuloção com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas. *(Artigo acrescido pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015, publicada no DOU de 7/7/2015, em vigor 180 dias após sua publicação)*

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.

§ 1º A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito.

§ 2º Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§ 3º A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§ 4º A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação.

§ 5º O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, da prestação do exame de aptidão física e mental. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.602, de 21/1/1998)*

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.

Autor: Deputado BIBO NUNES

Relator: Deputada DELEGADA KATARINA

I - RELATÓRIO

A proposição em análise acrescenta o §8º ao art. 147 ao Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.

Nesse quadro, o candidato considerado apto com restrições em exame de aptidão física, em cuja habilitação constem observações relacionadas a restrições para condução, passa a poder apresentar novo exame realizado por perito especialista em medicina do trânsito, a título de revisão da restrição imposta pelo examinador.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania, a última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).





A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O projeto de lei em exame visa alterar a redação do art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o qual passa a vigorar com a inclusão de um parágrafo de maneira a estabelecer que o candidato considerado apto com restrições em exame de aptidão física, em cuja habilitação constem observações relacionadas a restrições para condução, passe a poder apresentar novo exame realizado por perito especialista em medicina do trânsito, a título de revisão da restrição imposta pelo examinador.

É notório que o CTB determina os requisitos referentes a exames de aptidão física, renovados periodicamente, de maneira a garantir que os condutores habilitados possuam condições motoras mínimas exigidas para uma direção segura. Ademais, a legislação de trânsito brasileira define como obrigatório o uso de adaptações veiculares, como forma de reforçar a inclusão das pessoas com deficiência no sistema de trânsito do Brasil.

Nesse contexto, somos favoráveis ao pensamento do Autor da proposta, quando ele relata que:

“a maneira como se operacionaliza esse direito atualmente pode, em alguns casos, gerar transtornos à pessoa com deficiência candidata à habilitação. Por se tratar de serviço público, os exames físicos são executados por médicos credenciados pelos órgãos de trânsito. Trata-se de profissionais que não conhecem o histórico do paciente, de sua lesão ou deficiência e ignoram detalhes das habilidades desenvolvidas





pela pessoa e da maneira como ela lida com a deficiência e com as barreiras que enfrenta no dia a dia.”

Percebemos, então, que esta proposição visa proporcionar à pessoa com deficiência de passar por uma avaliação com mais detalhes, a qual pode levar à adoção de adaptações que melhor se encaixem à sua deficiência, levando em conta todo o histórico do paciente.

Assim, temos a convicção de ser plenamente viável a alteração na legislação para que as adaptações veiculares possam ser realmente as mais compatíveis com tal condutor, proporcionando segurança e conforto, e principalmente, dignidade à pessoa com deficiência que pode dirigir um veículo, desde que adaptado.

Pelo exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela aprovação do PL nº 3.015, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada DELEGADA KATARINA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.015/2021, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Delegada Katarina.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Márcio Jerry - Presidente, Amália Barros, Coronel Fernanda, Daniela Reinehr, Diego Garcia, Glauber Braga, Guilherme Uchoa, Merlong Solano, Miguel Lombardi, Murillo Gouvea, Rosângela Moro, Bruno Farias, Delegada Katarina, Dr. Francisco, Erika Kokay, Felipe Becari, Léo Prates e Maria Rosas.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 2023.

Deputado MÁRCIO JERRY
Presidente



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato a habilitação apresentar exame de aptidão física revisional.

Autor: Deputado BIBO NUNES

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS RODRIGUES

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame acrescenta o § 8º ao art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir ao candidato à habilitação apresentar exame de aptidão física revisional. De acordo com o projeto, o candidato considerado apto com restrições em exame de aptidão física, em cuja habilitação constem observações relacionadas a restrições para condução, poderá apresentar novo exame realizado por perito especialista em medicina do trânsito, a título de revisão da restrição imposta pelo examinador, com a finalidade de que a adaptação do veículo melhor se adeque à deficiência que possui.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Esta última, apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).



A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega para exame desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Bibó Nunes, que insere parágrafo no art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para permitir que o candidato considerado apto com restrições em exame de aptidão física, em cuja habilitação constem observações relacionadas a restrições para condução, apresente novo exame realizado por perito especialista em medicina do trânsito, a título de revisão da restrição imposta pelo examinador. A modificação teria o objetivo de permitir que a adaptação do veículo melhor se adeque à deficiência que a pessoa possui.

A proposição mostra-se meritória, ao permitir que o documento que define as adaptações necessárias para uma condução segura e confortável possa ser revisado por um médico especialista que já conhece as limitações do candidato.

O *caput* do art. 147 do CTB estabelece que todo candidato à habilitação deverá ser submetido a exame de aptidão física e mental, renovados periodicamente. Esses exames têm o objetivo de averiguar as condições de saúde do condutor, de modo a garantir a sua segurança e dos demais usuários da via. No caso das pessoas com deficiência, além da aptidão do candidato para a condução veicular, o exame também permite indicar eventuais adaptações necessárias no veículo, para que ele possa ser conduzido com segurança, em cada caso.



Assim, ao submeter-se ao exame, há casos em que o candidato ou condutor habilitado com alguma deficiência, mesmo sendo considerado apto, pode se deparar com a indicação do médico examinador com relação à necessidade de adaptação no veículo que ele vai dirigir. O problema é que as adaptações apontadas nem sempre são as mais indicadas para o caso específico de determinada deficiência.

De acordo com o projeto, na situação em que a pessoa com deficiência não concorde com o resultado do exame e com as adaptações indicadas pelo perito, ela poderá recorrer a um médico especialista em medicina do trânsito e que melhor conheça seu caso, para emissão de novo laudo que possa contestar ou aprimorar as adaptações definidas pelo órgão de trânsito.

Com a evolução da medicina e da indústria automotiva ocorridas nos últimos anos, nos parece bastante coerente a solução apontada pelo projeto, pois oferece ao cidadão afetado com a decisão do órgão de trânsito a possibilidade de buscar no mercado profissional capacitado e sintonizado com as novas tecnologias, que possa propor adaptações mais seguras e confortáveis ao condutor.

Dessa forma, entendemos que fica garantido o exercício do direito da pessoa com deficiência de divergir da decisão médica com relação ao seu caso e contestá-la, por meio de recurso ao órgão estadual de trânsito, com base em novos laudos emitidos por médico especialista não vinculado ao Poder Público.

Pelo exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.015, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.015/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Rodrigues.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Gilberto Abramo - Presidente, Paulo Alexandre Barbosa e Luiz Fernando Faria - Vice-Presidentes, Bruno Ganem, Cristiane Lopes, Diego Andrade, Helena Lima, Marco Brasil, Mauricio Neves, Rosana Valle, Zé Trovão, Afonso Hamm, Antonio Carlos Rodrigues, Bebeto, Cobalchini, Daniel Trzeciak, Filipe Martins, Gabriel Nunes, Hugo Leal, Márcio Honaiser, Marcos Tavares, Maurício Carvalho, Mauricio Marcon, Nicoletti, Ricardo Ayres e Rodrigo de Castro.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO
Presidente

